



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Proc. n. 2140/2022

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

**PARECER N. : 0003/2023-GPYFM**

**PROCESSO N.:** 2140/2022  
**ASSUNTO:** APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO  
**UNIDADE:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE RONDÔNIA - IPERON  
**INTERESSADO:** JOEL DIAS REIS  
**RELATOR:** CONSELHEIRO SUBSTITUTO ERIVAN OLIVEIRA DA SILVA

Versam os autos sobre a análise da legalidade do ato concessório de aposentaria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais e paritários, concedida ao Sr. **Joel Dias Reis**, no cargo de Técnico Judiciário, nível Médio, padrão 29, cadastro n. 20308370, com carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

O corpo técnico emitiu relatório (ID 1261542), entendendo que o interessado faz jus ao benefício previdenciário, consoante fundamentado. Por essa razão, concluiu que o respectivo ato se encontra apto a registro.



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

Proc. n. 2140/2022

Após vieram os autos para emissão de parecer.

É o sucinto relatório.

A aposentadoria *sub examine* foi concedida, por meio da Portaria Presidência n. 161/2021, de 05.03.2021<sup>1</sup>, com fundamento no art. 3º da EC n. 47/05 (fls. 1/2 - ID 1257603) e foi ratificada pelo IPERON, através do Ato Concessório de Aposentadoria n. 30, de 06.01.2022<sup>2</sup> (fl. 6 - ID 1257603).

O artigo 3º da EC 47<sup>3</sup> assegura que o servidor que tenha ingressado no serviço público até 16.12.1998, poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha cumulativamente tempo mínimo de contribuição de 35 anos (homem) e 30 anos (mulher), 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos na carreira, 5 anos no cargo que se deu a aposentadoria e idade mínima de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher).

A admissão de serviço público contida no *caput* do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, deve ser interpretada de forma restrita, posto que tal regra aplica-se, exclusivamente, aos servidores ocupantes de cargo efetivo admitidos no serviço público até 16.12.1998.

Assim, o servidor que passou a titularizar um cargo efetivo só terá jus às benesses da regra de transição prevista no art. 3º, da EC n.47 se

<sup>1</sup> Publicada no Diário da Justiça n. 042, pg. 38 de 05.03.2021 (fl. 1 - ID 1257603).

<sup>2</sup> Publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n. 25 de 08.02.2022 (fl. 6 - ID 1257603).

<sup>3</sup> Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:  
I trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;  
II vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;  
III idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Proc. n. 2140/2022

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

a admissão em cargo efetivo tiver ocorrido até o dia 16.12.1998 e cumprir os demais requisitos, o que é o caso dos autos.

O servidor ingressou no serviço público em cargo efetivo em 20.07.1989<sup>4</sup> (fl. 7 – ID 1257604), portanto, anterior a data limite prevista no caput do sobredito artigo, qual seja 16.12.1998.

Implementou **38 anos, 3 meses e 08 dias** de tempo de contribuição. Dos quais **36 anos, 9 meses e 10 dias**<sup>5</sup> de efetivo exercício no serviço público, sendo **31 anos, 7 meses e 27 dias** na carreira e no cargo de Técnico Judiciário (20.07.1989 a 05.03.2021).

O ato concessório do TJRO foi publicado em 05.03.2021 quando o servidor tinha 57 anos, posto que nascido em 28.12.1963 (fls. 1/2 – ID 1257603), atendendo assim o requisito de idade, observando-se o redutor legal de um ano para cada ano de contribuição excedente (art. 3º, III da EC 47/05).

Neste contexto, este *Parquet* assente com a unidade técnica quanto a legalidade do ato concessório de aposentadoria do servidor, posto que restaram comprovados todos os requisitos basilares para a concessão da aposentadoria lastreada no art. 3º da EC 47/05 e LCE n. 432/2008.

Nessa linha de entendimento tem se manifestado esta Corte de Contas:

<sup>4</sup> NOMEAÇÃO em 21/06/1989 para o cargo de TÉCNICO JUDICIÁRIO, Classe-, Padrão-, sob o regime Estatutário, conforme Portaria nº 1064 de 20/06/1989 – DJ nº 92 de 21/06/1989. Posse em 20/07/1989 e exercício em 20/07/1989.

<sup>5</sup> Governadoria Casa Civil (3 meses e 1 dia) + Governo do Estado de Rondônia (4 anos, 11 meses e 18 dias) + TJRO Estatutário (31 anos, 7 meses e 27 dias). Total = 36 anos, 9 meses e 10 dias.



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Proc. n. 2140/2022

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

## **Acórdão AC1-TC n. 00672/21 (Proc. 982/2021)**

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. PROVENTOS INTEGRAIS. PARIDADE E EXTENSÃO DE VANTAGENS. LEGALIDADE. REGISTRO. ARQUIVAMENTO.

1. Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição - regra de transição. Art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/05, calculados com base na última remuneração. Requisitos cumulativos preenchidos.

I – Considerar legal o Ato Concessório de Aposentadoria n. 528, de 28.7.2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia n. 169, em 31.8.2020, referente à Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, em favor da Senhora Mara Lucia Costa Nascimento, CPF n. 142.857.702-53, ocupante do cargo de Agente Atividade Administrativa, nível médio, Referência 18, cadastro n. 300044111, carga horária de 40 horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal do Estado de Rondônia, com proventos integrais, calculados com base na remuneração do cargo em que se deu a aposentadoria, paridade e extensão de vantagens, com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005 e Lei Complementar n. 432/2008;

(...)

5. No caso dos autos, a interessada faz jus à regra de transição da Emenda Constitucional n. 47/2005 (artigo 3º) por ter ingressado no serviço público antes de 16.12.1998 e, ademais, por ter implementado, na data de produção de efeitos do ato, todos os requisitos exigidos, uma vez que ao se aposentar contava com 58 anos de idade, 40 anos, 6 meses e 13 dias de contribuição, além de ter preenchido os requisitos mínimos de 25 anos de serviço público, 15 anos de carreira e 5 anos no cargo em que se deu a aposentadoria, de acordo com a Certidão de Tempo de Contribuição (ID=1034464), e conforme se depreende dos relatórios do sistema Sicap Web (ID=1042308).

6. Desse modo, considero legal a aposentadoria da interessada Mara Lucia Costa do Nascimento, cujos cálculos dos proventos foram realizados de acordo com o ordenamento jurídico constitucional em vigor à época da concessão, conforme se pode comprovar por meio da Planilha de Proventos (ID=1034466).



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

Proc. n. 2140/2022

GABINETE DA PROCURADORA YVONETE FONTINELLE DE MELO

Por todo o exposto, este *Parquet* opina pela legalidade dos atos que concederam aposentadoria ao Sr. **Joel Dias Reis**, consoante fundamentados, com conseqüente registro, na forma prevista no art. 49, III, “b”, da Constituição do Estado de Rondônia<sup>6</sup> c/c art. 37, II, da LC n. 154/96<sup>7</sup>.

É o parecer.

Porto Velho, 17 de janeiro de 2023.

**Yvonete Fontinelle de Melo**  
Procuradora do Ministério Público de Contas

---

<sup>6</sup> Art. 49. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete: (...) III - apreciar, para fins de registro, a legalidade(...) b) das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

<sup>7</sup> Art. 37. De conformidade com o preceituado nos arts. 5º, inciso XXIV, 71, incisos II e III 73 “in fine”, 74, § 2º, 96, inciso I, alínea “a”, 97, 39, §§ 1º e 2º e 40, § 4º da Constituição Federal, o Tribunal apreciará, para fins de registro ou exame, os atos de: (...) II - concessão inicial de aposentadoria, reserva remunerada, reforma e pensão, bem como de melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do respectivo ato concessório inicial.

Em 17 de Janeiro de 2023



YVONETE FONTINELLE DE MELO  
PROCURADORA